OS PEQUENOS MUNICÍPIOS MAIS PROCURADOS DO SUDESTE BRASILEIRO: CENTRALIDADES REGIONAIS EMERGENTES?

Nayhara Freitas Martins Gomes
Carlos Fernando Ferreira Lobo

RESUMO

A interiorização do processo de urbanização vem generalizando-se no interior do país, com reflexos na distribuição espacial da população via migração, dado a queda nas taxas de fecundidade, observada desde finais da década de 1960. Como consequência, os núcleos urbanos mais dinâmicos têm se consolidado como áreas de centralidade fora das grandes aglomerações populacionais. Este artigo buscou identificar a conformação de novos núcleos de atração de migrantes, compostos pelos pequenos municípios do Sudeste brasileiro. A partir do levantamento dos dados censitários de 2000 e 2010, foi proposta uma taxonomia espacial dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro, com base na dinâmica demográfica. Os principais resultados são que alguns pequenos municípios têm se consolidado em novas regiões de atração de população, o que tem dinamizado e alterado padrões dos fluxos migratórios outrora conhecidos.
Palavras–chave: Migração; Pequenos Municípios; Sudeste.

The small municipalities most sought in Southeastern Brazil: emerging regional centralities?

ABSTRACT

The interiorization of the urbanization process has become widespread in the interior of the country, with repercussions on the spatial distribution of the population via migration, given the drop in fertility rates, observed since the end of the 1960s. As a consequence, the most dynamic urban centers have if consolidated outside the large population agglomerations. This article sought to identify the conformation of new nuclei for attracting migrants, composed of small municipalities in southeastern Brazil. Based on the census data from 2000 and 2010, a spatial taxonomy of small municipalities in southeastern Brazil was proposed, based on demographic dynamics. The underlying idea evaluated is that small municipalities have consolidated themselves in new regions of population attraction, which has dynamic and change patterns of migratory flows previously known.

Keywords: Migration; Small Municipalities; Southeast.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma análise da distribuição e organização espacial dos pequenos municípios do Sudeste brasileiro, com ênfase na mobilidade populacional regional. A ideia subjacente é demonstrar que nas últimas três décadas censitárias, alguns pequenos municípios têm se constituído importantes espaços de atração migratória. Com a redução das taxas de fecundidade e o declínio do ritmo de crescimento da população brasileira, a migração, uma das componentes da dinâmica demográfica, tornou-se ainda mais importante na análise e compreensão do processo de redistribuição populacional (FJP, 2017). Trata-se, portanto, de uma componente demográfica capaz de indicar aspectos e dimensões de mudanças na organização territorial dos pequenos municípios.

Os recentes contornos da urbanização brasileira são marcados por processos de espraiamento urbano e econômico o que contribui para a emergência de uma plêiade de cidades, com

indiscutíveis papéis de centralidade[1] dentro do espaço regional (MARTINE, 1994; MATOS; BAENINGER, 2008; LOBO; MATOS, 2011; LIMA *et al.,* 2016). Historicamente reconhecidos como pequenos aglomerados com deficiente infraestrutura e arrecadação dependente de benefícios previdenciários, muitos pequenos municípios contrariam essa assertiva, ao constituírem *lócus* para o desenvolvimento de atividades ligadas à economia rural, mas também de outras essencialmente não agrárias, reduzindo o caráter bucólico e pacato. Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo principal identificar a conformação de novos núcleos de atração de migrantes no conjunto de pequenos municípios do Sudeste brasileiro. Para tanto, foram considerados como Municípios de Pequeno Porte (MPP) aqueles com população inferior a 50 mil habitantes – critério semelhante adotado por Motta *et al.,* (1997) e Corrêa (1999). Ao estabelecer esse parâmetro, conforme população residente em 2010, foram discriminados no Sudeste brasileiro um conjunto de 1.429 municípios, o que representava 28,68% do total de pequenos municípios do país.

Ressalta-se que os MPPs situados na região Sudeste expressam uma significativa heterogeneidade dos processos sociais, econômicos e demográficos existentes, incluindo regiões altamente urbanizadas e industrializadas e historicamente estagnadas. Portanto, o esforço empreendido nesse artigo reveste-se de importância singular ao enfatizar essa forte diversidade regional do recorte analisado, além de exibir uma dimensão histórico-geográfica centrada nas últimas décadas do século XX e início do XXI. Ademais, também ganha relevância por abordar esta categoria de município, recorrentemente marginalizada em muitas pesquisas, inclusive no âmbito da Geografia Regional. Em sentido aplicado, as reflexões científicas aqui apresentadas podem contribuir na formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional, ao sinalizar onde os fluxos migratórios se processam de forma mais dinâmica, bem como, discriminar, dezenas de municípios de pequeno porte mais procurados para se viver no Sudeste.

DINÂMICA URBANA E A VISIBILIDADE DOS ESPAÇOS EMERGENTES NO SUDESTE BRASILEIRO

A urbanização brasileira é um fenômeno que se intensificou de forma rápida, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Essa ocupação do espaço citadino obteve grande influência das distintas fases de desenvolvimento econômico experimentadas pelo país. A concentração de capital e de mão de obra na cidade de São Paulo contribuiu para a formação de estruturas espaciais

[1] Admite-se a centralidade urbana como uma área de influência de um centro urbano dotada de funções econômicas, sociais e culturais distintas, além dos fluxos resultantes destas funções (SPOSITO, 2001, p. 239).

favoráveis à aglomeração urbano-industrial notadamente a partir de 1930 (BALAN, 1973; FARIA, 1983; CANO, 1985; SILVA *et al.,* 2017). A partir daí os fluxos migratórios internos ao país, do tipo campo-cidade aceleraram e assumiram volumes e direções variadas a favor da região Sudeste, como resultado da industrialização combinada ao incremento da urbanização (MATOS; BAENINGER, 2008; SILVA *et al.,* 2017). Além disso, os meios de transporte favoreceram a formação e desenvolvimento de sistema urbano interligado e integrado juntamente com a melhoria das redes de telecomunicação.

Em meados da década de 1960, houve um adensamento populacional para os grandes centros urbanos do Sudeste resultante de intensos fluxos migratórios. Contudo, os últimos censos demográficos revelam uma nova tendência: embora mantenham sua importância econômica regional, os antigos polos urbanos não são tão atrativos em termos populacionais, como outrora. Lobo; Matos (2011) ao analisarem a dispersão espacial da população no Brasil, entre as décadas de 1980 a 2000, apontavam tal cenário, o que ficou mais evidente no censo demográfico seguinte. Conforme Lobo (2016), é indiscutível que parte da expansão da urbanização do país a partir da década de 1970 deriva dos efeitos multiplicadores do espraiamento da concentração urbana e industrial do Sudeste. Esse processo estimulou o adensamento da rede urbana e os vínculos de complementaridade entre as diversas centralidades ofertando sinais de dispersão espacial da população.

A dispersão demográfica em curso não teria ocorrido de maneira ampliada, mas em espaços seletivos equipados com vantagens locacionais diretamente ligadas à difusão das atividades econômicas (MARTINE, 1994; MATOS, 1995; LOBO; MATOS, 2011; CUNHA *et al.,* 2020). Algumas cidades passaram a repelir população e a migração se acentuou devido aos elevados custos de moradia, à escassez de emprego e aumento da violência. Enquanto isso, outras tornaram-se atrativas relacionadas à melhoria da qualidade de vida e ao retorno às localidades de origem após a aposentadoria (LOBO; MATOS, 2011) atenuando a pressão demográfica que exerciam sobre os grandes centros urbanos.

No decorrer dos anos de 1970, o processo de reestruturação do espaço, dados os efeitos da desconcentração demográfica e econômica, contribuiu para a consolidação de novos polos inter e intrarregionais redefinindo o poder das áreas metropolitanas e desenvolvendo novos subespaços dotados de dinamismo econômico. Richardson (1980), por exemplo, denomina estas centralidades

de cidades secundárias detentoras de vantagens relativas, que sob as lentes de Redwood (1984) cumprem função crucial na eficiência econômica e no desenvolvimento regional.

Frente a nova dinâmica urbano-regional do Sudeste, os pequenos e médios municípios constituem parcela importante do dinamismo regional, a partir do momento que passam a reter mais população que os centros metropolitanos (SPOSITO, 2010; CUNHA *et al.,* 2020). Esses municípios tornam-se atrativos para a localização industrial, para insumos industriais e agrícolas, para o estabelecimento de centros de ensino e pesquisa, ou seja, se tornam centros prósperos, cristalizando tendências, etapas e processos econômico sociais complexos verificados ao longo das últimas décadas (BAENINGER, 1998; CUNHA *et al.,* 2020).

Diniz (1993; CUNHA *et al.,* 2020), ao contestar o processo de desconcentração econômica e demográfica, incorpora outros aspectos frente à concretude destes processos, dentre eles, destacam-se: a distribuição espacial dos recursos naturais; o papel do Estado; o processo de unificação do mercado nacional e suas implicações para a concorrência intercapitalista e as estruturas produtivas regionais; as economias de aglomeração; e a concentração regional da pesquisa e renda que cria obstáculos à desconcentração regional da indústria.

Os autores argumentam que uma verdadeira desconcentração econômica está longe de ser conhecida no país, especialmente porque os novos centros estão no próprio estado de São Paulo ou relativamente próximos dele (DINIZ, 1993; SILVA, *et al.,* 2017). Na mesma direção, Cano (1985), Diniz (1995) e Lima *et al*., (2016) apontam para uma possível reconcentração da indústria, principalmente a da alta tecnologia, em regiões paulistas, como Campinas, São José dos Campos entre outros municípios pertencentes ao polígono proposto por Diniz (1993).

Matos; Baeninger (2008, p.352) também observavam que os impactos do processo de desconcentração das atividades industriais na redistribuição espacial da população promovem: 1) transformações expressivas no estado de São Paulo, sinalizando um incipiente processo de desconcentração populacional; 2) acréscimo do grau de urbanização nas regiões e estados que se constituíram em canais da desconcentração industrial (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Centro-Oeste); 3) expressivos fluxos migratórios de retorno para estados tradicionalmente emissores de população; 4) os deslocamentos populacionais intrarregionais tornaram-se predominantes; 5) inserção das cidades pequenas e intermediárias nas dinâmicas das aglomerações urbanas, em especial as metropolitanas.

Deve-se considerar com especial atenção, os efeitos da dinâmica econômica sobre as novas trajetórias dos movimentos populacionais, notadamente no que se refere aos fluxos migratórios. Neste sentido, o espaço regional do Sudeste emoldura localizações territoriais alternativas para investimentos econômicos que permitem o surgimento de novos papéis e distintos níveis de especialização econômica passíveis de cristalizar desenhos pelos quais circulam mercadorias, informações, pessoas e capitais (MATOS; BAENINGER, 2008, p. 359). Nesta seara, sugere-se que no Sudeste constituem-se subespaços compostos por pequenos municípios com papéis diferenciados, que em boa medida são invisibilizados, frente a maior atenção dada aos processos ocorridos nas escalas superiores da rede urbana brasileira.

RECORTES TERRITORIAIS, UNIDADES DE ANÁLISE, BASE DE DADOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As análises tecidas neste trabalho centram-se nos 1.429 MPP do Sudeste brasileiro, representados na **Figura 1**. Desse total, 91,5% estão nos estados de Minas Gerais e São Paulo (787 em MG e 521 em SP). No Rio de Janeiro e no Espírito Santo encontram-se, respectivamente, um total de 55 e 66 MPP.

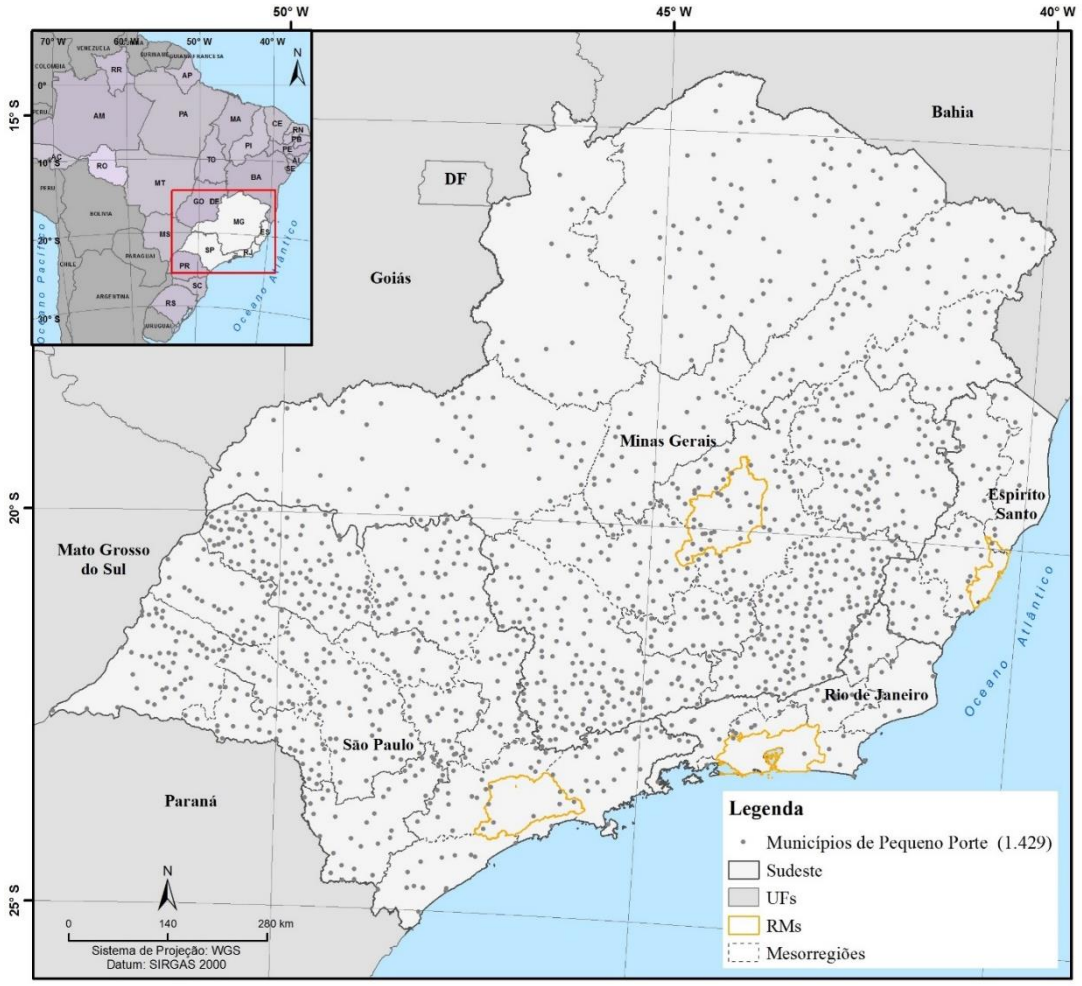


Figura 1- Localização dos MPP do Sudeste

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

No interior das Regiões Metropolitanas (RM) existiam 33 MPP, sendo 22 na RMBH, 8 na RMSP, 2 na RM Grande Rio e 1 na RM Grande Vitória. A proposta aqui apresentada permite caracterizar os MPPs do Sudeste conforme a dinâmica demográfica regional, tendo em vista a localização dos MPP nas mesorregiões definidas pelo IBGE.

A divisão regional do território do Sudeste, de acordo com critérios geoeconômicos, identifica porções espaciais homogêneas, fluxos e relações de produção e consumo (DINIZ; BATELLA, 2006), revelando áreas que apresentam relativa similaridade na combinação de elementos geográficos naturais, sociais e econômicos. No estado de Minas Gerais, por exemplo, são distintas as mesorregiões como o Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri se individualizam tanto pelos seus aspectos fisiográficos (zona de transição cerrado/caatinga) quanto pelos seus municípios que historicamente apresentam baixos indicadores socioeconômicos com práticas agropecuárias tradicionais (PEREIRA, 2007, p.39). Ao passo, que nas mesorregiões do Triângulo Mineiro, Sul de

Minas, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas há o estabelecimento de atividades agrícolas com adoção de novas tecnologias no campo.

Para Mendonça e Caetano (2012, p.02) e Silva *et al.,* (2017) a economia das duas primeiras regiões supracitadas constitui áreas de transbordamento da indústria paulista destacadas pelas atividades agroindustriais. Na Central mineira e Metropolitana e Vale do Rio Doce há presença das atividades industriais e setor de serviços. No Campo das Vertentes e Oeste de Minas, a mineração e siderurgia se faz presente. Enquanto na Zona da Mata prevalecem realidades socioeconômicas carregadas de certa estagnação devido a ocupação antiga baseadas na cafeicultura e indústria têxtil (MATOS, 2009).

O território paulista está fracionado em 15 mesorregiões constituídas por pequenos municípios com significativa prosperidade socioeconômica. Os contrastes regionais são mais tênues quando comparados aos outros estados do Sudeste, pois conforme Matos (2009), no estado de São Paulo, há maior nível de integração econômica e espacial, a urbanização, o padrão de consumo das empresas e famílias, a vida comercial e a distribuição da população é mais complexa do que no restante do país. A mesorregião Metropolitana de São Paulo mantém o papel de liderança em termos econômicos e de concentração populacional por reunir nela os mais intensos fluxos de mercadorias, pessoas, capitais e informações (MATOS, 2009; *SILVA et al.,* 2017). Enquanto a mesorregião do Vale Paraíba situada a leste do estado, além de possuir um importante valor histórico e cultural, é polo industrial e tecnológico, sendo também caracterizada pelo forte dinamismo econômico.

A desconcentração das atividades industriais e ampliação do setor terciário rumo ao interior do estado, como sinalizaram Cano (2007) e SILVA *et al.,* (2017), beneficiou outras regiões como a mesorregião de Campinas, caracterizada por um complexo industrial moderno, com uma forte atuação de empresas e centros de pesquisas científicas e tecnológicas avançadas (NEGRI, 1996; CUNHA *et al.,* 2020). A agroindústria e a produção agrícola também possuem um importante papel econômico na região. No oeste do estado, destaca-se o papel das atividades agropecuárias nas mesorregiões de São José do Rio Preto, Rio Preto entre outras. Essas áreas possuem uma economia robusta e diversificada, com integração entre agricultura, indústria e prestação de serviços associados às práticas agropecuárias. Na mesorregião de Piracicaba localizam-se plantas industriais onde se concentram empresas nacionais e multinacionais da agroindústria canavieira, indústrias de máquinas e insumos agrícolas (ELIAS, 2011; DEMÉTRIO; 2013; OLIVEIRA, 2013). Em suma, as

mesorregiões paulistas onde se concentram os MPP experimentam um adensamento das atividades produtivas com padrões tecnológicos avançados, mas também das práticas agropecuárias modernas.

O estado do Espírito Santo é dividido em quatro mesorregiões. Nas mesorregiões Noroeste e Litoral Norte a cafeicultura se destaca, mas a fruticultura tem sido estratégica para a economia de todas as mesorregiões do estado (COSTA *et al*., 2016). Dentre as fruteiras cultivadas, as culturas do mamão, banana, coco, maracujá, abacaxi, manga, laranja e a tangerina são as de maior expressão econômica e social (GALEANO *et al.*, 2019). Ainda no Litoral Norte, a exploração do petróleo e gás natural possibilita diversificação econômica com plantas industriais e amplo setor de serviços. Na mesorregião Central predomina o turismo, seja nas praias ou nas serras no formato de agroturismo. Segundo Galeano *et al.,* (2019), os negócios correlatos ao turismo aproveitam a presença dos recursos naturais, condições ambientais e culturais. A forte presença da agricultura familiar, aliada à capacidade de organização em cooperativas e à vocação empreendedora de seus habitantes, gera dinamismo em relação às demais microrregiões. No Sul do estado, há a extração minerais e rochas para a construção civil, especialmente acabamentos como o granito. As indústrias de transformação como a siderúrgica também têm papel importante, tal como a indústria do petróleo e setor de serviços associados ao porto de Tubarão.

O Rio de Janeiro, por sua vez, é dividido em seis mesorregiões. O extrativismo e indústria petrolífera têm destaque na economia regional e compreende as mesorregiões Norte Fluminense, Noroeste Fluminense e Baixadas Litorâneas, somente a mesorregião Norte Fluminense era responsável até os primeiros anos da década de 2010 por 80% do petróleo produzido no país. Nesta região, o complexo industrial é basicamente extrativista, sem segmentos de produção de equipamentos e beneficiamento, como ocorre nas demais (CRUZ; TERRA, p.33, 2015). Na mesorregião Metropolitana e Centro Fluminense predominam as atividades industriais, de comércio atacadista e varejista e prestações de serviço (SOUZA *et al.,* 2013) Muito embora, Souza *et al.,* (2013) apontou em seus estudos a ocorrência de um processo de desconcentração e ric da economia do estado do Rio de Janeiro. Esse movimento se caracteriza pelo maior dinamismo das economias situadas fora da região metropolitana. Nos municípios serranos localizados nas proximidades da RM fluminense, confecções de moda íntima têm ganhado destaque na economia local, mas o turismo rural com a proliferação de hotéis fazenda, pousadas, *spas* e casas de segunda residência aliadas à produção

familiar de horticultura, fruticultura, olericultura e produção de leite também são importantes fontes de renda na região (MARAFON, p. 30, 2006).

O reconhecimento do desempenho migratório dos MPPs pode revelar aspectos mais amplos da dinâmica regional do Sudeste, bem como possibilitou identificar aqueles mais atrativos do Sudeste, do ponto de vista migratório. Para tal, foram identificados os movimentos migratórios dos MPP conforme informações extraídas dos microdados dos dois últimos Censos Demográficos do IBGE (2000 e 2010[2]). De acordo com as definições do IBGE, divulgadas na própria documentação do Censo Demográfico de 2010, são considerados migrantes da década todos os indivíduos que realizaram mudança permanente de residência entre os municípios nos períodos intercensitários. O migrante de data-fixa, em específico, refere-se ao indivíduo que declarou residir cinco anos antes do levantamento censitário (1995 e 2005) em um município diferente do que residia à data do recenseamento (CARVALHO; RIGOTTI, 1998).

Esse tipo de informação, combinada ao município de residência na data de referência de cada censo, permitiu compreender o fenômeno em dois momentos no tempo e no espaço, dando origem a uma matriz de origem e destino dos fluxos migratórios, na qual se pode estimar o número de imigrantes, emigrantes, saldos migratórios e taxa de eficácia migratória[3]. Os migrantes analisados neste estudo envolveram indivíduos que realizaram deslocamentos entre quaisquer municípios do Sudeste para os pequenos municípios dessa mesma região (incluindo os fluxos entre os pequenos municípios). Quanto às técnicas de análise empregadas, optou-se por classificar os MPP que apresentaram saldo migratório positivo e acréscimo no estoque de imigrantes nos quinquênios de 1995/2000 e 2005/2010, isso permitiu identificar os MPP mais atrativos do Sudeste.

Em um primeiro momento, foi proposta uma taxonomia espacial dos MPP (simplificada na Figura 2), com base em sua dinâmica demográfica, que envolvia o crescimento populacional, o saldo migratório e o grau de urbanização. Com base nesse procedimento, foram identificados três grupos: um primeiro, que compreendeu um conjunto de 435 municípios considerados ganhadores de população, aqui denominados dinâmicos; outro grupo, com 817 casos, em condição intermediária, apresentava desempenho demográfico intermediário, sendo denominados de semiestagnados; e um terceiro grupo, que agrupou 177 municípios perdedores de população, chamados de

[2] Não foram utilizadas informações sobre as migrações do Censo Demográfico de 2022, pois os microdados ainda não foram divulgadas pelo IBGE.

[3] Calculada pela razão entre o saldo migratório e o total de imigrantes e emigrantes. Esta taxa fornece uma noção da capacidade de absorver ou repelir população em relação ao total de pessoas cujos movimentos envolveram a localidade.

debilitados. As faixas de corte referem-se ao valor absoluto da mediana de cada uma das três variáveis utilizadas (taxa de crescimento populacional, saldo migratório e grau de urbanização). Para as duas primeiras variáveis, os municípios foram separados em dois conjuntos: aqueles com crescimento positivo e negativo, bem como aqueles ganhadores e perdedores de população, a partir daí foram calculadas as medianas.

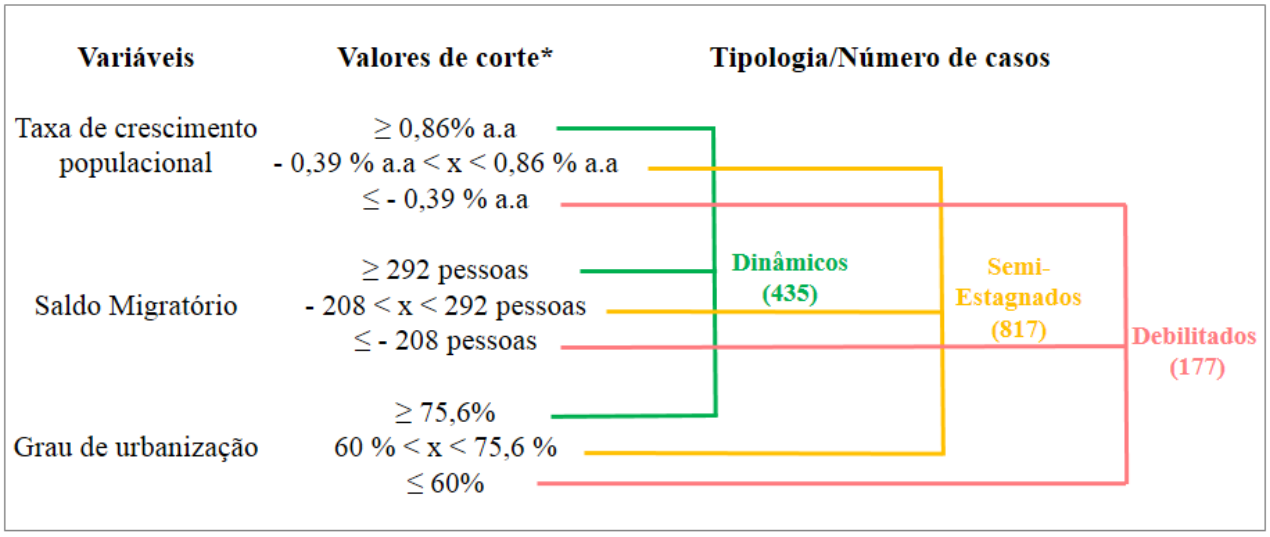


Figura 2 - Sistematização dos critérios adotados durante o processamento da Tipologia

Fonte: Dados extraídos do Censo Demográfico, 2010.

OS PEQUENOS MUNICÍPIOS MAIS PROCURADOS DO SUDESTE: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nas últimas décadas do século XX, os deslocamentos da população brasileira se rearranjaram e buscam regiões com vantagens locacionais (MARTINE, 1994; LIMA *et al.,* 2016; CUNHA *et al.,* 2020), contrariando os argumentos das teorias migratórias clássicas que salientavam o predomínio de padrões de deslocamento de tipo periferia-centro. Entende-se que o destino dos migrantes vem deixando de ser prioritariamente os centros urbanos tradicionais, uma vez que o dinamismo do mercado de trabalho das regiões afastadas das grandes aglomerações os estaria atraindo (MATOS; FERREIRA, 2004).

Os fluxos secundários ganham cada vez mais importância e os pequenos municípios parecem estar contribuindo no processo de redistribuição espacial da população. Nesta mesma direção, Cunha (2012, p. 35) sinaliza que se a complexidade e a diversidade das formas de mobilidade espacial da população no Brasil foram ofuscadas pelas grandes tendências históricas de migração, especialmente pelos movimentos de origem rural-urbana. Recentemente, os movimentos

migratórios apresentam novas feições e consequências, não apenas reproduzindo algumas facetas observadas em outrora.

Ao observar os dados expostos na Tabela 1, nota-se que um crescimento absoluto e relativo de imigrantes para os MPP dinâmicos do Sudeste quando comparados os últimos quinquênios. No período de 2005/2010, a atração de imigrantes para essas 435 localidades representou 54,1% do volume total dos imigrantes nos pequenos municípios. Isso sinaliza que muitos MPP vêm se reconfigurando em espaços atrativos no Sudeste brasileiro e sua dinâmica demográfica tem se alterado. Para Baeninger (2000) e Sposito (2010) embora a perda histórica de população nos municípios de baixo porte demográfico tenha sido um fato de grande importância no passado, atualmente, os novos traços da rede urbana brasileira influenciados pela desconcentração das atividades econômicas têm promovido mudanças nos papéis destes municípios (BAENINGER, 1998; SPOSITO, 2010), notadamente pela da expansão das forças de atração dessas localidades.

Tabela 1 - Volume de imigrantes dos municípios de pequeno porte do Sudeste discriminados por Tipologia demográfica

Tipologia Demográfica	Número de Municípios (2010)	Imigrantes			
		1995/2000	%	2005/2010	%
Dinâmicos	435	763.658	48,4	833.995	54,1
Semi-Estagnados	817	705.056	44,7	620.216	40,2
Debilitados	177	109.012	6,9	88.057	5,7
Total	**1429**	**1.577.726**	**100**	**1.542.268**	**100**

Fonte: Censo Demográfico, 2000 e 2010.

Diante das mudanças no comportamento migratório dos pequenos municípios, este estudo procurou conhecer quais eram os MPP mais procurados da região Sudeste. Quem são eles? Onde se concentram? Dessa forma, foram selecionados os 100 pequenos municípios com maior volume de imigrantes no período de 2005/2010. Em seguida, identificou-se aqueles que também tiveram altos ganhos de população no quinquênio anterior (1995/2000). Outra condição deveria ser respeitada: os saldos migratórios dos períodos 95/00 e 05/10 deveriam ser reiteradamente positivos. Ao final destas etapas, foram encontrados 63 MPPs. Esse conjunto de municípios foi submetido a uma nova classificação, de acordo com o grau de atratividade populacional, sendo divididos em três grupos delimitados pelo valor da mediana e a distribuição de *tercis.* Os grupos foram denominados: baixa atratividade (2.734 a 3.267 pessoas), média (3.324 a 4.359) e alta atratividade (4.498 a 10.631 pessoas).

Ao analisar o gráfico em sequência, dos 63 pequenos municípios, 57 foram considerados dinâmicos (em crescimento populacional) com alta, média e baixa atratividade migratória e seis eram semiestagnados (em estabilidade populacional) com média e baixa atratividade. A variável migratória atuou como termômetro, um indicador capaz de dar clareza aos processos existentes no Sudeste brasileiro. Ao examinar os volumes de imigrantes de forma ordenada, notou-se que os pequenos municípios que permaneceram atraindo população no quinquênio 1995/2000 até 2005/2010 estavam espacialmente concentrados no estado de São Paulo (33 municípios), o que correspondia a 52% do total, dentre eles 14 eram MPP dinâmicos de alta atratividade. Os MPP mineiros mais atrativos representaram 25% do total (16 municípios), sendo cinco dinâmicos com alta atratividade populacional. Os capixabas e cariocas agregaram juntos 22% (14 municípios), dois deles eram dinâmicos de alta atratividade localizados no estado do Rio de Janeiro.

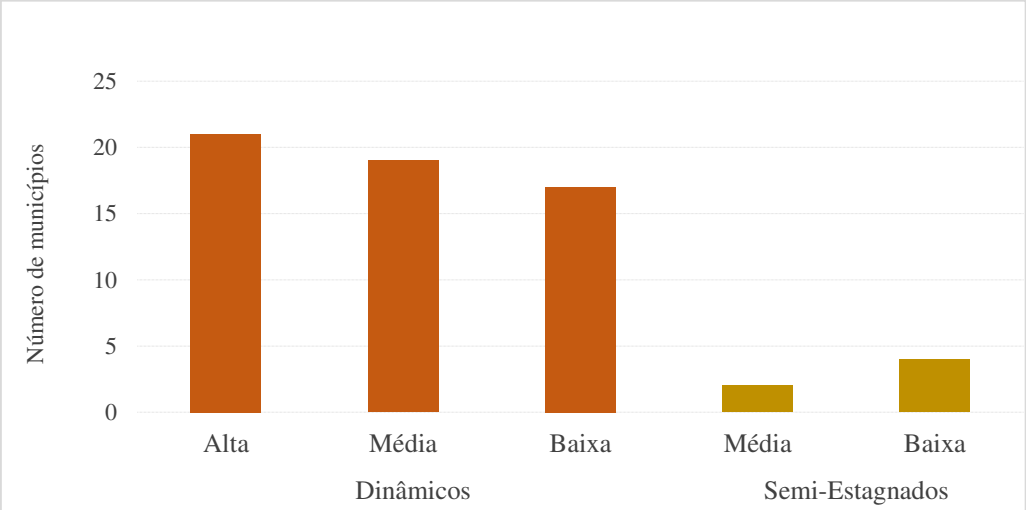


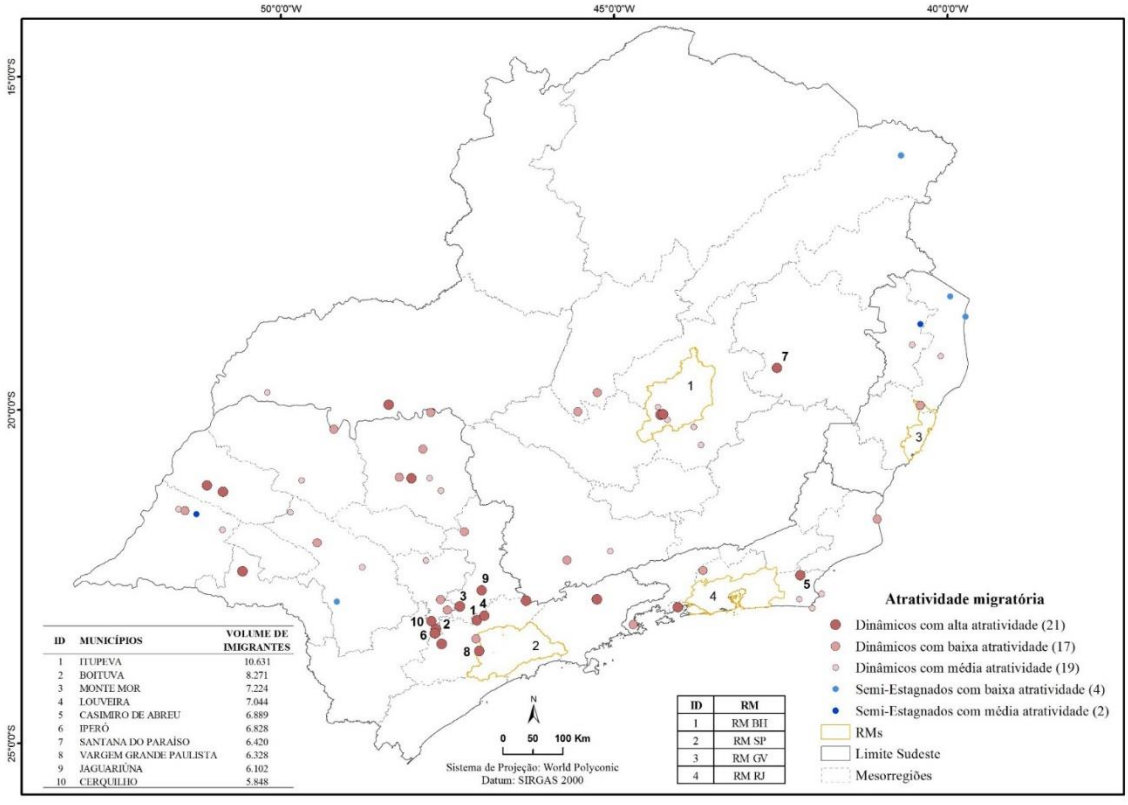
Figura 3- Municípios de pequeno porte conforme grau de atratividade migratória

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010.

O esforço metodológico proposto nesse *paper* ganha relevância diante das reconfigurações pelas quais passa o processo migratório, o qual corresponde à reestruturações territoriais que o Brasil viveu no século XX. Lima; Braga (2013, p. 58) observam que a diversificação de mercados, a urbanização de áreas rurais, a desconcentração produtiva, a metropolização e a expansão das fronteiras agrícolas delinearam um rol de potencialidades para a realocação de mão de obra no Brasil. Esse conjunto de fatores associados indica que a integração territorial ganhou novos significados, ao lado das novas rotas e rumos que a mobilidade populacional experimentou.

Ao ranquear e espacializar os 10 pequenos municípios mais atraentes do Sudeste, como representado na Figura 4, verifica-se que oito deles se localizavam no interior do estado de São Paulo. Dentre esses municípios, Itupeva, com população contabilizada em 44.859 habitantes (em 2010), possuía o maior volume de imigrantes de todo o Sudeste, com 10.631 entradas no quinquênio 2005/2010 (primeiro lugar do *ranking* geral). Ao considerar o Índice de Eficácia Migratória (IEM), no período 2005/2010, nota-se que Itupeva apresentava capacidade de reter população (IEM=0.68).

Os primeiros dados de contagem populacional divulgados do Censo Demográfico de 2022, mostram que Itupeva possui população de 70.616 habitantes, tendo 57,42% de taxa de crescimento populacional. O município apresenta plantas industriais ligadas ao setor químico e de cerâmicas e está localizado às margens da rodovia dos Bandeirantes, fator positivo para o seu desenvolvimento econômico, enquanto polo industrial. O fácil acesso a Itupeva possibilitou a instalação de centros de distribuição de produtos, de consumo e condomínios empresariais. O município conta com um complexo de lojas multimarcas, em um shopping *Outlet*, além de possuir um dos maiores parques aquáticos do Brasil e inúmeros estabelecimentos imobiliários de turismo rural, como *resorts* e hotéis, como dissertou Suarez (2014).



ID	MUNICÍPIOS	VOLUME DE IMIGRANTES
1	ITUPEVA	10.631
2	BOITUVA	8.271
3	MONTE MOR	7.224
4	LOUVEIRA	7.044
5	CASIMIRO DE ABREU	6.889
6	IPERÓ	6.828
7	SANTANA DO PARAÍSO	6.420
8	VARGEM GRANDE PAULISTA	6.328
9	JAGUARIÚNA	6.102
10	CERQUILHO	5.848

ID	RM
1	RM BH
2	RM SP
3	RM GV
4	RM RJ

Figura 4- Os pequenos municípios do Sudeste mais procurados entre 2000 e 2010

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010 – Dados trabalhados

No segundo e terceiro lugar do *ranking* encontram-se Boituva e Monte Mor, que receberam respectivamente, 8.271 e 7.224 imigrantes no quinquênio 2005/2010. A população de Boituva em 2010 era de 48.314 habitantes e em 2022, 61.081 pessoas, o que representa 26,43% de crescimento populacional. Este pequeno município situa-se às margens da rodovia Castelo Branco e possui atividades industriais, comerciais e de serviços em expansão, segundo dados da CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho.

Além disso, Boituva é reconhecido por ser um centro de prática esportiva de paraquedismo e balonismo, o que gera impacto direto na economia e estrutura de serviços ofertados. O município sedia os maiores encontros e competições de paraquedismo do Brasil e conta com o maior número de escolas credenciadas, atletas registrados do país e consequentemente turistas, como detalha Zioli *et al.,* (2020).

A população de Monte Mor aferida no Censo de 2010 era de 48.949 habitantes (em 2022 passou para 64.662 habitantes, o que significa uma taxa de crescimento populacional de 32,1%). Este pequeno município tem expressão regional na RM de Campinas. Localiza-se estrategicamente no principal entroncamento inter-modal do estado de São Paulo, conectado por importantes rodovias, ferrovias, estando a 17 quilômetros (km) do Aeroporto Internacional de Viracopos. Tem economia diversificada e possui indústrias de diferentes ramos, bem como prestadoras de serviços e atividades comerciais. Boituva e Monte Mor, no período 2005/2010, apresentaram IEM de 0.55 e 0.60, respectivamente.

O município paulista de Louveira, se posicionou no quarto lugar conforme a classificação proposta. A localidade é considerada um polo logístico, encontra-se a 71 km de distância da cidade de São Paulo e a 27 km de Campinas, às margens da rodovia Anhanguera. Além disso, Louveira faz parte do Circuito das Frutas, conhecida pelo turismo rural de tradição italiana e pelas vitivinícolas AMARAL, 2014, p. 01).

Em termos demográficos, Louveira apresentou variação populacional de 39,79%, ou seja, houve crescimento da população residente, de acordo com as informações censitárias de 2010 (37.125 pessoas) para as de 2022 (51.833 habitantes). Considerando a migração de data-fixa de 2005/2010, o município teve IEM de 0,62, mostrando competência em reter a população migrante.

Casimiro de Abreu, no estado do Rio de Janeiro é também um dos destinos mais procurados entre os pequenos municípios do Sudeste, ocupando a quinta posição no *ranking.* Com uma população em 2010 de 35.347 habitantes, o município absorveu 6.889 pessoas, no quinquênio de 2005/2010. Essa atratividade se manteve, pois Casimiro de Abreu em 2022 registrou uma população de 46.110

habitantes, o que corresponde a uma taxa de 30,45% de crescimento populacional. Por estar encrustado no litoral, é um polo de turismo ecológico, mas o destaque da economia é a indústria do petróleo. Nele estão instaladas indústrias nas áreas de *offshore*, construção civil e atividades de prestação de serviços, o que leva ao município ser dependente dos repasses dos *royalties*, uma compensação financeira pela extração (PIZZOL; FERRAZ, 2009).

O município de Iperó em São Paulo, classificou-se na sexta posição proposto pelo *ranking* dos municípios mais atrativos. Iperó é considerado o berço da siderurgia brasileira, tendo durante o século XVI, os primeiros fornos de beneficiamento de ferro e a primeira siderúrgica do país no século XIX (FÁVERO, 2001). Na atualidade, Iperó tem sua base econômica impulsionada pelo setor industrial nos segmentos de metalurgia, química e de equipamentos eletrônicos.

Além disso, a presença de instituições de pesquisa e desenvolvimento, como o Centro Tecnológico da Marinha são também fatores de dinamização demográfica, levando o município atrair 6.828 pessoas no quinquênio de data-fixa 2005/2010. Neste período, a população total de Iperó era de 28.300 habitantes com IEM de 0.63, enquanto em 2022 o Censo Demográfico registrou 36.459 pessoas vivendo em Iperó, o que remonta a uma taxa de crescimento populacional de 28, 83%.

Em Minas Gerais, Santana do Paraíso localizada a 240 km da capital mineira (região do Vale do Aço), ocupa a sétima posição do *ranking* dos dez pequenos municípios mais procurados do Sudeste. É o MPP com IEM de 0.84, mais elevado de Minas e do Sudeste, denotando uma capacidade de reter migrantes. No quinquênio de 2005/2010 atraiu 6.420 pessoas, tendo 27.265 habitantes em 2010. Em 2022, essa capacidade de reter migrantes foi confirmada, quando a população total foi de 44.800 habitantes, com taxa 64,31% de crescimento populacional.

Para Silva Neto (2012), o desenvolvimento de Santana do Paraíso acelerou-se a partir do crescimento da siderurgia no Vale do Aço (USIMINAS, atual ArcelorMittal) e devido ao entroncamento, tanto fluvial (Foz dos rios Piracicaba e Ipanema no rio Doce), quanto ferroviário (EFVM), rodoviário (MG 232, BR 381 e BR 458). Por ser conurbado com os municípios de Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga, é em Santana do Paraíso que se encontra o aeroporto regional. Logo, o município tem recebido investimentos em novos loteamentos e empreendimentos da construção civil, tendo economia baseada na prestação de serviços, o que constitui um dos fatores de atratividade populacional.

Em oitavo lugar, Vargem Grande Paulista com população de 42.997 habitantes no Censo de 2010, também absorveu população migrante (IEM=0.55). Este fato torna-se ainda mais notável ao

observar o registro populacional de 2022, quando o município exibiu um aumento gradual da população para 50.333 habitantes e uma taxa de crescimento demográfico de 17,06%.

Já o município de Jaguariúna, em nono lugar entre os dez pequenos municípios mais atrativos pelos imigrantes do Sudeste, em 2010 contava com 44.311 habitantes e 59.347 em 2022, crescendo a uma taxa de 33,93% durante o último decênio. De acordo com Gomes *et al.* (2017), a transição da economia do município centrada em bases agrárias para outro fundada na instalação de plantas industriais transnacionais ligadas ao ramo da Tecnologia da Informação e Comunicação produziu efeitos na atratividade populacional e nos indicadores socioeconômicos municipais. Além disso, o município em destaque assume importante papel na produção de eventos culturais, como feiras agrícolas e rodeios.

Ainda em São Paulo e concluindo a classificação dos dez MPP mais procurados em termos migratórios do Sudeste, Cerquilho em 2010 contava com 39.617 habitantes com aumento gradual para 2022 (44.695), com uma taxa de crescimento de 12,82%. No município indústrias do setor têxtil, de confecção de roupas, produção de alimentos, madeira e móveis oportunizam atratividade populacional.

Ao destrinchar as informações por unidade federativa, notou-se que São Joaquim de Bicas, MPP mineiro, embora não pertencente ao *ranking* dos mais dez mais atrativos, ocupou o segundo lugar dos municípios mais atrativos no território mineiro. Somente no quinquênio de 2005/2010 recebeu 5.538 pessoas e obteve um IEM de 0.59. Este MPP localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, registrou em 2010, uma população de 25.619 habitantes (em 2022, 34.348 pessoas com taxa de crescimento populacional de 34,5%). Por distar apenas 45 km da capital, São Joaquim de Bicas apresenta os serviços e a indústria ligadas ao desenvolvimento do setor mineral (extração do minério de ferro) como suas principais atividades econômicas (DINIZ *et al.,* 2014).

No estado do Rio de Janeiro, Mangaratiba, assim como São Joaquim de Bicas, em Minas Gerais, não figurou entre os dez pequenos municípios mais procurados para se viver no Sudeste. Mas, no estado do Rio de Janeiro se destacou como o segundo MPP com maior volume de imigrantes. Sua população em 2010, girava em torno dos 36.456 habitantes e no quinquênio de 2005/2010, recebeu 5.529 migrantes. Neste mesmo quinquênio, apresentou IEM de 0.65, significativamente superior ao apresentado por Casimiro de Abreu (MPP carioca mais atraente).

Em 2022, Mangaratiba contabilizou 41.220 moradores (taxa de crescimento populacional de 12,59%). A localidade está situada próximo à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas na parte

litorânea. As principais atividades econômicas estão ligadas à infraestrutura para a indústria petrolífera e o turismo. Matos (2012) mostrou que o ritmo de crescimento demográfico declinou praticamente em todos os municípios cariocas de maior porte populacional, à exceção de alguns municípios integrantes da bacia de Campos, onde a prospecção e exploração de petróleo tem se mostrado bem sucedida há cerca de 20 anos.

Entre os pequenos municípios capixabas, São Gabriel da Palha localizado na região Noroeste do estado, a 213 km da capital Vitória, em 2010, era o município mais atrativo (embora não tenha comparecido no *ranking* dos dez mais procurados da região Sudeste). Com população de 31.859 habitantes, registrou a entrada de 3.857 migrantes no período de 2005/2010. Em 2022, o Censo Demográfico indicou que São Gabriel da Palha possuía 32.252 habitantes, tendo uma taxa de crescimento populacional de 1,23%.

O pequeno município possui tradição agrícola, com economia baseada na cafeicultura (café *conilon*). Além disso, nos últimos anos, São Gabriel da Palha tem desenvolvido seu setor têxtil, com várias confecções, o que certamente tem lhe proporcionado atratividade, em função da geração de empregos e renda nas lavouras de café e nas indústrias de tecido. Segundo Bermudes *et al.*, (2017) em 2010, o município possuía cerca de 120 fábricas têxteis atuantes e cinco lavanderias industriais, tendo um impacto positivo de geração de empregos diretos de aproximadamente 3.110 funcionários, com vínculo empregatício formalizado.

O exame das informações disponíveis detectou que a distribuição espacial dos dez pequenos municípios com maiores volumes de imigrantes da região Sudeste reforça a hipótese da dispersão populacional em andamento no Brasil. Além disso, se observa que os dez MPP com maior poder de absorção populacional são dinâmicos estando em pleno crescimento demográfico, situação reforçada pelos resultados de contagem populacional do Censo Demográfico de 2022.

Diante do processo de redistribuição da população brasileira, Lima (2013) e Lima et al, (2016) asseveram que a partir da década de 1980, quando os grandes centros urbanos exibiram redução em seus saldos migratórios diminuindo sua capacidade de atração populacional, outros centros ganharam notoriedade, decorrentes dos processos de desconcentração das relações de produção econômica. Esse fato, aliado aos dados preliminares de contagem populacional do Censo Demográfico de 2022 confere ao Sudeste novas características em termos de trocas populacionais, fazendo emergir municípios de menor porte populacional, mas que por sua vez, adquirem novas

formas e funções se tornando importantes centralidades no período de desenvolvimento capitalista atual.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração é um fenômeno multifacetado e essencialmente multiescalar, o que lhe confere importância secular na dinâmica demográfica de uma região. Portanto, as evidências apresentadas neste artigo trazem à baila novos sinais sobre o processo de (re)distribuição espacial da população, notadamente no que se refere à dinâmica migratória dos municípios de pequeno porte no contexto regional do Sudeste brasileiro, o que permitiu identificar e classificar os núcleos de atração dessa rede pouco analisada no país.

Nas últimas décadas do século XX, os estudos das migrações internas brasileira sofreram profundas transformações, em função do cenário econômico, social e político. A migração, sem dúvida, é um dos fenômenos mais sensíveis a estas mudanças, tendo em conta que os fluxos populacionais seguem, em boa medida, as direções determinadas pela abertura de novas oportunidades seja ligadas ao trabalho, estudo e etc. A proposta teórico-metodológica aqui empregada considera a hipótese de existência de novos padrões na migração interna no país. Ao focalizar a participação dos pequenos municípios na distribuição populacional do Sudeste, foi possível analisar a conformação de subespaços capazes de agregar centralidade demográfica no Sudeste.

Os resultados apresentados identificaram 63 pequenos municípios tidos como mais atraentes do ponto de vista demográfico, destes, um conjunto de 57 MPP foram considerados dinâmicos (em crescimento populacional). Ao ranquear e analisar detalhadamente os dez mais procurados do Sudeste, notou-se que oito deles se concentravam no estado de São Paulo, especialmente nas proximidades da RM de Campinas.

Em geral, ao comparar os dados obtidos nos dois últimos censos, nota-se que os deslocamentos populacionais no Sudeste guardam relação com os níveis de desenvolvimento urbano-regional e descentralização da urbanização. Acrescenta-se o fato da redução do ritmo de crescimento populacional e o aumento dos níveis de descentralização econômica no Sudeste, que se caracteriza como a região mais dinâmica do país.

Novas tendências parecem surgir como o aumento da migração em direção a municípios historicamente considerados incapazes de reter suas próprias populações. A identificação dos

principais MPP mais procurados no Sudeste, leva a crer que, nas últimas décadas, regiões afastadas das grandes aglomerações urbanas têm constituído em novos destinos de migrantes.

REFERÊNCIAS

AMARAL, R. Segundo estudo, Louveira é a cidade mais desenvolvida do país. **Jornal de Jundiaí**, Jundiaí, 03 de Junho de 2014. Região. Disponível em: http://www.jj.com.br/noticias-1144-segundo-estudo-louveira-e-a-cidade-maisdesenvolvida-do-pais. Acesso em 03 mai. de 2018.

BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 67–81, 1998. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/405. Acesso em: 13 fev. 2020.

BALAN, J. **Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa.** Estudos CEBRAP, CEBRAP, v. 5, p.5-79, 1973.

BERMUDES, W. L; SENA, D. C. S; BRAGATO, L. C. V; BARBOSA, R. F; CUNHA, P. C. Análise do atendimento de normativas do Ministério do Trabalho em uma lavanderia industrial têxtil no município de São Gabriel da Palha/ES. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes, v. 19, n. 1, p. 147-161, 2017. Disponível em: //editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/6956.. Acesso em: 5 mar. 2019.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Rev. Bras. Est. Pop.**, São Paulo: v. 25, n. 1, p. 5–26, 2008. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/171. Acesso em: 24 Mar. 2016.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970.** São Paulo: Global Editora, 1985, 369 p.

CANO, W; BRANDÃO, C. A; MACIEL, C. S; MACEDO, F.C. **Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005.** Campinas: Alínea, 2007, p.23.

CARVALHO, J.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Rev. Bras. Est. Pop.**, Brasília: v. 15, n. 2, p. 7-17, 1998. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/402. Acesso em: 17 jan. 2018.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território,** Rio de Janeiro, ano IV, n.6, p. 41–53, 1999. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_5_correa.pdf. Acesso em: 18 jul, 2016.

COSTA, A. de F. S. da; SILVA, D. N.; MARTINS, D. S.; FERREGUETTI, G. A.; VENTURA, J. A. A fruticultura diversificada. *In:* **Transformações da agricultura capixaba: 50 anos.** Vitória-ES: Cedagro, Incaper, Seag, 2016, 126 p.

CRUZ, J. L. V; TERRA, D. C. T. Indústria extrativa petrolífera fluminense e limites ao desenvolvimento regional. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política,** Campos dos Goytacazes, v.4, n.1, p. 31-44, 2015. Disponível em: https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/94. Acesso em: 27 out, 2017.

CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana,** Brasília, Ano XX, n. 39, p. 29-50,

2012. Disponível em: http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/330. Acesso em: 13 Jul. 2017.

CUNHA, J. M. P. da; SILVA, K. A. A.; FARIAS, L. A. C; ORTEGA, G. M.; SILVA, D. S. F. Notas sobre la redistribución espacial de la población en el marco de las tendencias de metropolización en el Brasil a principios del siglo XXI. **NOTAS DE POBLACIÓN (IMPRESA)**, v. 110, p. 157-188, 2020.

DEMÉTRIO, N. B. Novas áreas de expansão da cana-de-açúcar no Oeste Paulista: do agrário à produção internacional de commodities. *In:* BAENINGER, R. *et al*. (Org.). **Regiões Canavieiras.** Campinas: NEPO/ CEAGRI/NEPA/UNICAMP, p.119-140, 2013.

DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia,** Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 35-64, 1993. Disponível em: https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2306. Acesso em: 19 ago. 2016.

DINIZ, A. M. A; BATELLA, W. B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 59-77, 2006. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/9208. Acesso em: 6 set. 2017.

DINIZ, J. M. F.S; REIS, A. A; JUNIOR, F.W.A; GOMIDE, L. R. Detecção da expansão da área minerada no quadrilátero ferrífero, Minas Gerais, no período de 1985 a 2011 através de técnicas de sensoriamento remoto. **Bol. Ciênc. Geod.** Curitiba, v. 20, n. 3, p.683-700, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bcg/a/yM4fxTkvsyvXkzCwLB8y7LM/. Acesso em: 14 nov, 2017.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** Recife, v.13, n. 2, p.153- 167, 2011. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400. Acesso em: 7 abr. 2017.

FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. *In:* SORJ, B., ALMEIDA, M. (Org.) **Sociedade e política no Brasil pós-64.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 183-243, 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Movimentos migratórios no Brasil: correntes migratórias municipais de 2000 a 2010.** Disponível em: http://migracao.fjp.mg.gov.br/. Acesso em: 22 mar, 2019.

FÁVERO, O. A. Do berço da siderurgia brasileira à conservação de recursos naturais – um estudo da paisagem da Floresta Nacional de Ipanema (Iperó/SP). São Paulo, 2001. 257p. **Dissertação** (Mestrado em Geografia Humana) – DG/FFLCH/USP.

GALEANO, E. V; SOUZA, R. C; SILVA, B. F. P; VENTURA, J. A. Diagnóstico da mudança na configuração espacial de produtividade da fruticultura no Espírito Santo, Brasil, nos anos 2011 e 2016. **Geografares,** Vitória, n. 29 p. 5-27, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/20102. Acesso em: 23 mai. 2019.

GOMES, G. F.; SOUSA, C. M. de; HAYASHI, M. C. P. I. Tecnologia e sociedade: Álvaro Vieira Pinto e a filosofia do desenvolvimento social. **Interações (Campo Grande)**, *[S. l.]*, v. 18, n. 2, p. 129–144, 2017. DOI: 10.20435/inter.v18i2.1421. Disponível em: https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/1421. Acesso em: 13 fev. 2024.

LIMA, A.C.C. **Desenvolvimento regional e fluxos migratórios no Brasil: uma análise para o período 1980-2010.** 2013. 283f. Tese (Doutorado em Economia) – Cedeplar, UFMG, Belo Horizonte, 2013.

LIMA, A. C. C; SIMOES, R.; HERMETO, A. M. Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010. **EURE (Santiago)**, Santiago , v. 42, n. 127, p. 29-54, set. 2016 . Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612016000300003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 3 out, 2019.

LIMA, E. E. C de; BRAGA, F. G. Da rotatividade migratória à baixa migração: uma análise dos padrões da mobilidade populacional no Brasil de 1995-2000. **Revista Brasileira de Estudos de População,** Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 57-75, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30n1/v30n1a04. Acesso em: 8 set. 2016.

LOBO, C. Dispersão espacial da população no Brasil. **Mercator,** Fortaleza, v. 15, n. 3, p.19 -36, 2016. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1843. Acesso em: 9 dez. 2018.

LOBO, C; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. **Rev. Bras. Est. Pop,** Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 81–101, 2011. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/86. Acesso em: 14 out. 2015.

MARAFON, G. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, 2006. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11776. Acesso em: 16 set. 2018.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Brasília: IPEA, Textos para discussão, 329, 1994, 46p.

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.12, n.1/2, p. 35-58, 1995.

MATOS, R. O Brasil dividido e a rede urbana fracionada. **Cadernos do LESTE,** Belo Horizonte, Edição especial (2000-2008), p. 286-341, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/13090. Acesso em: 16 mai. 2015.

MATOS, R; BAENINGER, R. Migração e Urbanização no Brasil: Processos de Concentração e Desconcentração Espacial e o Debate Recente. **Cadernos do LESTE,** Belo Horizonte, v. 1, p. 342-385, 2008. Disponível em: http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/leste/article/view/795. Acesso em: 10 Jun. 2015.

MATOS, R; FERREIRA, R. N. Inserção ocupacional de emigrantes das Áreas Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 83-100, 2004. Disponível em: https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/283. Acesso em: 3 jul. 2016.

MENDONÇA, J; CAETANO, A. J. **Minas Gerais e a Região Metropolitana de Belo Horizonte no Censo 2010.** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2012. 120p.

MOTTA, D. M; CHARLES, C. M; TORRES, M. O. **A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro.** Brasília: Ipea, 1997 (Texto para Discussão, n. 530). 48p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0530.pdf. Acesso em: 09 set, 2018.

NASCIMENTO, T. C. L; OJIMA, R. Migrações internas no Brasil: um panorama analítico e alguns percursos teóricos. **Rev. Bras. Est. Pop,** Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 239-242, 2014. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982014000100015&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 23 nov. 2016.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990).** Campinas SP, Editora da Unicamp, 1996. 242p.

REDWOOD, J. Reversion de polarizacion, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vison teorica aplicada al Brasil contemoraneo. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales**, Santiago, vol 11, n.32, 1984.

RICHARDSON, H. **Economia Regional, Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.

PEREIRA, A. M. **Cidade Média e Região: O significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais.** 2007. 351f. Tese (Doutorado de Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PIZZOL, R. A; FERRAZ, F. T. Riqueza e exclusão social: o paradoxo dos royalties do petróleo. **Revista Produção Online,** v.9, n.4, p. 771-794, 2009. Disponível em: https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/view/379/538. Acesso em: 31 out, 2018.

SILVA, K. A. A. da; PINTO DA CUNHA, J. M.; MARGARIDO ORTEGA, G. Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. **Cadernos Metrópole**, *[S. l.]*, v. 19, n. 40, p. 721–748, 2017. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2017-4002. Acesso em: 3 nov. 2018.

SILVA NETO, A. T. **Caracterização geoambiental da área de expansão do município de Santana do Paraíso, Vale do Aço, MG.** 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geotecnia) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. *In:* SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001, p. 235-254.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia,** Rio Claro, v. 35, n.1, p. 51-62, 2010. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/4817. Acesso em: 20 fev, 2015.

SOUZA, P. M; CRESPO, H. J. S; COSTA, J. B; ROCHA, J. P. S. M. Reorganização territorial da economia fluminense nas duas últimas décadas. **Inter Science Place,** Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 24, p. 26-54, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/view/17857/10194. Acesso em: 14 jul, 2017.

SUAREZ, P. S. M**. O eixo São Paulo - Campinas: concentração de capitais e segregação urbana.** 2014. 129f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ZIOLI, E. G. O; GARCIA, E. L. M; PÉPECE, O. M. C. Esporte de alto risco: subcultura de consumo e as práticas que constituem o *habitus* dos paraquedistas. **REUNA,** Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 76-97, 2020. Disponível em: https://revistas.una.br/reuna/article/view/1185. Acesso em: 5 set, 2021.

SOBRE OS AUTORES

Nayhara Freitas Martins Gomes. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2015). Possui graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Viçosa. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GERAR - Grupo de Estudos Rurais: Agricultura e Ruralidades, desde 2011. Email: nayharafmgomes@gmail.com

Carlos Fernando Ferreira Lobo. Doutor em Geografia, Pós-Doutor em Demografia, Professor Associado do Departamento de Geografia, IGC/UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil. https://orcid.org/0000-0002-5368-8879. Email: carloslobo@ufmg.br